

SUMÁRIO

PARTE 1 DIREITO MATERIAL

CAPÍTULO 1: Conceitos fundamentais	19
1.1. Conceito de posse	19
1.1.1. Teoria Subjetiva de Savigny	19
1.1.2. Teoria Objetiva de Ihering	22
1.1.3. Teoria Social da Posse.....	26
1.2. Posse de Direitos Pessoais.....	30
1.3. Natureza Jurídica da Posse: Fato ou Direito?	32
1.4. Detenção	35
1.5. Posição mais Favorável do Possuidor	40
CAPÍTULO 2: Classificação da Posse.....	41
2.1. Posse Direta e Indireta	41
2.2. Posse Exclusiva e Composse.....	44
2.3. Posse Justa e Posse Injusta	47
2.4. Posse de Boa-Fé e Posse de Má-Fé.....	50
2.5. Posse Nova e Posse Velha.....	55
2.6. Posse <i>Ad Interdicta</i> e Posse <i>Ad Usucapionem</i>	56
2.7. Posse de Bem Público e de Bem Particular	57
2.8. Convalescimento da Posse Precária e a Interversão do Caráter da Posse	60
CAPÍTULO 3: Aquisição, transmissão e perda da posse	65
3.1. Aquisição da posse.....	65
3.1.1. Modos de Aquisição	65
3.1.2. Aquisição da Posse na Sucessão Hereditária	67
3.1.3. Constituto Possessório	68
3.1.4. Quem Pode Adquirir a Posse	72
3.2. Transmissão da Posse	73

3.3. Perda da Posse	74
3.3.1. Perda da Posse Não Presenciada pelo Possuidor	76

CAPÍTULO 4: Efeitos da posse79

4.1. Interditos Possessórios	79
4.1.1. Autotutela na Defesa da Posse.....	80
4.2. Efeitos da Qualidade Subjetiva da Posse em Relação aos Frutos.....	83
4.3. Efeitos da Qualidade Subjetiva da Posse em Relação à Responsabilidade Civil pelo Perecimento do Bem	84
4.4. Efeitos da Qualidade Subjetiva da Posse em Relação às Benfeitorias	84
4.4.1. Direito de Retenção por Benfeitorias Necessárias e Úteis	85
4.4.2. Compensação entre o Dano Sofrido e Benfeitoria Realizada	89

CAPÍTULO 5: Usucapião91

5.1. Generalidades, Natureza Jurídica, Fundamento e Conceito	91
5.2. Usucapião: Modo Originário ou Derivado de Aquisição da Propriedade?.....	94
5.3. Requisitos Genéricos	96
5.3.1. Posse Ininterrupta ou Contínua.....	97
5.3.2. Posse sem Oposição.....	98
5.3.3. Posse com Intenção de Dono (<i>Animus Domini</i>).....	99
5.3.4. Bem Hábil a ser Usucapido (<i>Res Habilis</i>).....	101
5.3.4.1. Usucapião de Terra Devoluta.....	106
5.3.5. Tempo.....	108
5.3.5.1. Ausência de Causas Obstativas ao Curso do Prazo de Prescrição Aquisitiva	109
5.3.6. A Sentença é Requisito?	112
5.4. Sentença Declaratória de Usucapião e Ação Publiciana	114
5.5. Efeito Retroativo da Usucapião	116
5.6. Legitimação para Usucapir	117
5.7. Espécies	119
5.7.1. Usucapião Extraordinária	119
5.7.2. Usucapião Ordinária	120
5.7.3. Usucapião Tabular.....	121
5.7.4. Usucapião Especial Urbana (<i>Pro Moradia</i>)	124
5.7.5. Usucapião Especial Rural (<i>Pro Labore</i>).....	129
5.7.6. A Concessão de Uso como Direito Real Resolúvel.....	130
5.7.7. Usucapião Familiar	133
5.8. Direito Intertemporal na Usucapião.....	138

CAPÍTULO 6: Expropriação Social141

6.1. Semelhança da Expropriação Privada com a Usucapião	145
6.2. Semelhança da Expropriação Privada com a Desapropriação.....	146

CAPÍTULO 7: Regularização Fundiária Urbana	147
7.1. Legitimação Fundiária.....	151
7.2. Legitimação de Posse.....	152
CAPÍTULO 8: Territórios Ocupados por Quilombos.....	155

PARTE 2

DIREITO PROCESSUAL

CAPÍTULO 1: Visão geral das ações possessórias.....	169
CAPÍTULO 2: Ações possessórias em sentido estrito (interditos possessórios)	171
2.1. Cabimento (causa de pedir e pedido)	171
2.1.1. Espécies de proteção.....	172
2.1.1.1. Ação de interdito proibitório	173
2.1.1.2. Ação de manutenção de posse.....	174
2.1.1.3. Ação de reintegração de posse.....	175
2.1.2. Fungibilidade entre ações possessórias.....	176
2.1.3. Fungibilidade entre possessória e reivindicatória.....	177
2.2. Competência.....	178
2.2.1. Competência de justiça	178
2.2.2. Competência de foro	179
2.2.3. Competência de juízo.....	181
2.2.3.1. Juizados Especiais Cíveis	181
2.3. Legitimidade.....	182
2.3.1. Legitimidade ativa.....	182
2.3.1.1. Bens públicos	185
2.3.2. Legitimidade passiva	186
2.3.2.1. Cônjuges e companheiros	188
2.3.2.2. Terceiro adquirente	189
2.3.2.3. Grande número de pessoas	189
2.4. Suspensão do direito petitiório	190
2.4.1. Vedação ao ajuizamento de ação petitiória.....	190
2.4.2. Vedação à exceção de domínio	192
2.4.2.1. Oposição e exceção de domínio por parte do Poder Público.....	199
2.5. Procedimentos.....	200
2.5.1. Aspectos comuns	201
2.5.1.1. Valor da causa	201
2.5.1.2. Aplicação do procedimento comum.....	203

2.5.1.2.1. Audiência de conciliação ou mediação.....	203
2.5.1.3. Sentença.....	203
2.5.1.3.1. Critérios.....	203
2.5.1.3.2. Natureza jurídica.....	205
2.5.2. Ações possessórias de posse nova (força nova).....	208
2.5.2.1. Pedidos.....	209
2.5.2.1.1. Autor.....	209
2.5.2.1.1.1. Pretensão primária.....	209
2.5.2.1.1.2. Pretensões secundárias.....	209
2.5.2.1.1.3. Medidas de efetivação.....	210
2.5.2.1.2. Réu.....	213
2.5.2.1.2.1. Pretensão primária.....	213
2.5.2.1.2.2. Pretensão secundária.....	213
2.5.2.1.2.3. Natureza dúplice?.....	215
2.5.2.1.2.4. Outras pretensões.....	216
2.5.2.2. Tutela de evidência.....	218
2.5.2.2.1. Requisitos.....	219
2.5.2.2.2. Meios de prova.....	221
2.5.2.2.3. Momentos de concessão.....	222
2.5.2.2.4. Liminar.....	222
2.5.2.2.4.1. Restrição contra a Fazenda Pública.....	224
2.5.2.2.4.2. Restrição conjuntural: pandemia.....	225
2.5.2.2.5. Audiência de justificação.....	228
2.5.2.2.6. Caução.....	233
2.5.2.2.7. Recorribilidade.....	235
2.5.3. Ações possessórias de posse velha (força velha).....	240
2.5.3.1. Pedidos.....	240
2.5.3.2. Tutela provisória.....	240
2.5.4. Ações possessórias multitudinárias.....	242
2.5.4.1. Citação.....	244
2.5.4.2. Intimação do Ministério Público.....	245
2.5.4.3. Intimação da Defensoria Pública.....	246
2.5.4.3.1. Natureza da atuação.....	247
2.5.4.3.1.1. Atuação tradicional.....	247
2.5.4.3.1.2. Atuação não tradicional.....	248
2.5.4.3.1.2.1. <i>Custos vulnerabilis</i>	249
2.5.4.3.1.2.2. <i>Amicus communitas</i>	252
2.5.4.3.1.2.2.1. Ação coletiva passiva?.....	253
2.5.4.4. Ampla publicidade.....	254
2.5.4.5. Audiência de mediação.....	256
2.5.4.6. Inspeção judicial.....	260
2.5.5. Ações possessórias nos juizados especiais.....	261
2.5.6. Tutela possessória em caráter antecedente.....	261

CAPÍTULO 3: Ações possessórias em sentido amplo	267
3.1. Ação reivindicatória.....	267
3.1.1. Cabimento (causa de pedir e pedido)	267
3.1.2. Legitimidade.....	268
3.1.2.1. Legitimidade ativa	268
3.1.2.2. Legitimidade passiva.....	268
3.1.3. Competência.....	269
3.1.4. Procedimento	269
3.1.5. Modalidades específicas.....	271
3.1.5.1. Ação de imissão de posse	271
3.1.5.2. Ação de nunciação de obra nova.....	272
3.2. Ação de embargos de terceiros.....	273
3.2.1. Cabimento (causa de pedir e pedido)	273
3.2.2. Legitimidade.....	276
3.2.2.1. Legitimidade ativa	276
3.2.2.2. Legitimidade passiva.....	281
3.2.3. Competência.....	281
3.2.4. Procedimento	283
CAPÍTULO 4: Usucapião	289
4.1. Ação de usucapião	289
4.1.1. Cabimento (causa de pedir e pedido)	289
4.1.2. Legitimidade.....	290
4.1.2.1. Legitimidade ativa	290
4.1.2.2. Legitimidade passiva.....	290
4.1.3. Competência.....	291
4.1.4. Gratuidade de justiça.....	292
4.1.5. Suspensão do direito de ação possessório e petitório	293
4.1.6. Usucapião como matéria de defesa.....	294
4.1.7. Procedimento	296
4.1.7.1. Procedimento comum	296
4.1.7.1.1. Citação	297
4.1.7.1.1.1. Citação por edital.....	297
4.1.7.1.1.2. Citação dos confinantes.....	298
4.1.7.1.2. Outras peculiaridades	301
4.1.7.1.2.1. Planta do imóvel	301
4.1.7.1.2.2. Ciência aos entes públicos.....	302
4.1.7.1.2.3. Intervenção do Ministério Público?.....	303
4.1.7.1.2.4. Usucapião coletiva	304
4.1.7.1.3. Tutela provisória	304
4.1.7.1.4. Sentença	305
4.1.7.2. Procedimento sumário (usucapião especial urbano)	308

4.1.7.3. Procedimento sumaríssimo (usucapião especial rural)	309
4.1.8. Modalidades semelhantes	310
4.1.8.1. Ação de expropriação social	310
4.1.8.2. Ação publiciana	311
4.2. Usucapião Extrajudicial.....	312
4.2.1. Espécie de usucapião administrativa.....	313
4.2.2. Amplitude	315
4.2.3. Relação com o pedido judicial	317
4.2.4. Requisitos do requerimento	319
4.2.4.1. Ata notarial.....	320
4.2.4.2. Planta e memorial descritivo assinados por interessados	322
4.2.4.2.1. Silêncio do proprietário	324
4.2.4.3. Certidões negativas	328
4.2.4.4. Documentação demonstrativa da posse.....	329
4.2.4.5. Outros requisitos	329
4.2.5. Ciência aos entes federados e demais interessados	330
4.2.6. Suscitação de dúvida.....	331
4.2.7. Acolhimento do pedido	332
4.2.8. Rejeição e impugnação do pedido	332
4.2.9. Função conciliatória do tabelião	333
Referências Bibliográficas.....	335